

DOCTRINA

Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Teoria da recepção no direito intertemporal Hugo de Brito Machado	15
---	----

Interligação de redes estaduais de gás Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pagani de Souza	25
---	----

Direito constitucional à saúde e suas molduras jurídicas e fáticas João Pedro Gebran Neto	57
---	----

Aspectos inconstitucionais da lei de improbidade administrativa Marcelo Harger	83
--	----

Da solução jurídica para as demarcações de áreas indígenas Rodinei Candeia	107
--	-----

Justiça de transição – aplicação do direito internacional – caso brasileiro: tribunal constitucional no julgamento da ADPF nº 153, Lei da Anistia, e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund Edite Mesquita Hupsel	121
--	-----

Revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos Pericles Ferreira de Almeida	141
---	-----

Limites do Chefe do Poder Executivo na elevação do gasto com pessoal em final de mandato presidencial Luiz Alberto dos Santos	163
--	-----

Doutrina Estrangeira

Reflexiones sobre la ética pública Pedro José Jorge Coviello	181
--	-----

Seção de Direito Tributário

Imunidade tributária de templos de qualquer culto: algumas notas sobre as recentes decisões no STF Paulo Caliendo, Ana Cecília Elvas Bohn	209
--	-----

Seção de Direito Municipal

Apreciação das contas do prefeito: controle judicial dos atos das Câmaras de Vereadores Fernando Quadros da Silva, Isabel Arruda Quadros	227
---	-----

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

Novas perspectivas para o controle da discricionariedade administrativa pelo Tribunal de Contas da União em auditorias operacionais 239

Fernando Simões dos Reis

Seção de Direito da Regulação

Direito da regulação: avaliação de impactos de longo prazo 279

Juarez Freitas

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Direito Constitucional e Processual Civil – Repercussão geral – Vedação constitucional de fracionamento de execução para fraudar o pagamento por precatório – Art. 100, §8º, da Constituição Federal – Litisconsórcio facultativo simples – Consideração individual dos litisconsortes – Constitucionalidade. Recurso Extraordinário nº 568.645/SP 291

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Improbidade administrativa – Art. 12 da Lei n. 8.429/1992 – Acumulação ilegal de cargos públicos – Sanção – Efeitos – Extinção do vínculo jurídico e perda do direito de ocupar o cargo público. Recurso Especial nº 1.069.603/RO 301

Superior Tribunal de Justiça

Mandado de segurança – Administrativo – Concurso público – Cargo de Escrivão – Candidato aprovado na primeira etapa – Expectativa de direito – Advento da Lei Estadual n. 8.709/2007 – Alteração substancial da estrutura do Poder Judiciário – Cancelamento antes do término do certame – Legalidade – Poder discricionário da Administração Pública – Ausência de direito subjetivo para a continuidade do concurso. Recurso em Mandado de Segurança nº 30.037/MT 305

Superior Tribunal de Justiça

Mandado de segurança – Ação penal – Desembargador de Tribunal de Justiça – Afastamento cautelar – Excesso de prazo – Não ocorrência – Ponderação de interesses – Preservação da confiança pública. Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 20.503/TO 311

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo – Improbidade administrativa – Tenente-Coronel – Construção de monumento de monumento nas dependências da organização militar – Verbas arrecadas por meio de doação de entidades privadas e particulares – Violação dos princípios da Administração não configurada – Ausência de dolo e má-fé – Irregularidades formais que não caracterizam ato ímprobo. Apelação Cível nº 0002317-21.2011.4.01.3815/MG 317

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Ação civil pública – Concurso público – Prazo de inscrição diferenciado para hipossuficientes – Afronta ao princípio da isonomia. Remessa Ex Officio em Ação Cível nº 0040090-61.2012.4.02.5101 323

Ementário 327

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 361